

RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.604 - TO (2016/0029757-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **ALMIR VIEIRA DOS SANTOS**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALMIR VIEIRA DOS SANTOS, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Consta dos autos que o recorrente foi impronunciado em primeiro grau pela suposta prática do crime do art. 121, § 2º, II, c/c o art. 14, ambos do Código Penal.

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem, por unanimidade, deu provimento, a fim de pronunciar o recorrente, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 253):

APELAÇÃO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. SENTENÇA DE IMPRONÚNCIA. PROVA DA MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. DEMONSTRAÇÃO. QUALIFIC ADORAS. MOTIVO TORPE. PRONÚNCIA DO RÉU. PRINCÍPIO DO *IN DÚBIO PRO SOCIETATE*.

1. Imperativa a pronúncia do acusado quando existe prova da materialidade e indícios suficientes de autoria do crime de tentativa de homicídio, consubstanciados na confissão extrajudicial do acusado e no depoimento extrajudicial de testemunha presencial dos fatos, os quais apesar de terem sido retratados em juízo não lograram afastar os indícios de autoria, ante a incongruência e inconsistência das retratações.
2. As qualificadoras são circunstâncias integrantes do tipo qualificado devendo compor a pronúncia sempre que houver vertente probatória para acolhê-las, seguindo a mesma análise pertinente aos indícios de autoria.
3. A verificação de que a qualificadora do motivo torpe é manifestamente improcedente implica o seu afastamento da pronúncia.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 260/281), a defesa alega ofensa aos arts. 155, *caput*, 413, *caput*, e 414, *caput*, todos do Código de Processo Penal,

além de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que o recorrente não poderia ter sido pronunciado com base em provas colhidas exclusivamente em sede inquisitorial.

Contrarrazões às e-STJ fls. 298/301.

O recurso especial foi inadmitido pela Corte de origem, por incidência do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal Superior (e-STJ fls. 303/308).

Foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ fls. 311/321).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento do apelo (e-STJ fls. 334/338).

O agravo foi convertido em recurso especial (e-STJ fls. 341/342).

É o relatório.

Do recurso especial não se pode conhecer.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de origem não apreciou a tese jurídica relativa à possibilidade ou não de a decisão de pronúncia se basear exclusivamente em elementos colhidos na fase de inquérito policial, e não houve a oportuna provocação do exame da *quaestio* por meio de embargos de declaração, sendo patente a falta de prequestionamento. Destarte, no ponto, tem incidência a vedação prescrita nas Súmulas n. 282 e 356/STF.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. CONTRARIEDADE AOS ARTS. 13, 18 E 19 DO CP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF e 211/STJ. DETRAÇÃO PENAL. SENTENÇA ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 12.736/2012. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. AGRAVOS IMPROVIDOS.

[...]

2. A arguida violação aos arts. 13, 18 e 19, todos do Código Penal esbarra na ausência de prequestionamento, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial, a teor dos enunciados sumulares 211/STJ e 282 e 356/STF.

[...]

4. Agravos regimentais improvidos. (AgRg no AREsp 626.543/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018, grifei.)

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. FIXAÇÃO DA PENA. ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ART. 33, § 4º, DA LEI 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REGIME SEMIABERTO. ART. 33, § 2º, "b", e § 3º, DO CP. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A suposta existência de erro material na fixação da reprimenda não foi tratada pelo acórdão recorrido e tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar o suposto defeito. Aplica-se, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do STF.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 980.386/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 17/03/2017, grifei.)

Por fim, é importante registrar que se deve também atender à exigência do prequestionamento nos recursos interpostos pela alínea "c" do permissivo constitucional, já que não há como constatar divergência jurisprudencial entre tribunais sobre determinada questão federal, se o acórdão recorrido, assim como no caso presente, nem sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria suscitada. Nesses termos, recai também *in casu* a ausência de prequestionamento no que toca ao aventado dissídio pretoriano.

Nessa linha de raciocínio:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. DOLO. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. INDENIZAÇÃO PELA EVOLUÇÃO DO REBANHO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. TEMPO DE USO DO BEM SEM CONTRAPARTIDA. COMPENSAÇÃO COM RESES ALIENADAS. VÍCIO ULTRA PETITA NÃO CARACTERIZADO. DECORRÊNCIA DA EFICÁCIA RESTITUTÓRIA. ART. 182 DO CC/2002. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. "A iterativa jurisprudência desta Corte é no sentido de que o conhecimento do recurso especial - pela alínea c do permissivo

constitucional - também exige o prequestionamento dos temas vinculados aos artigos objeto da suposta divergência jurisprudencial" (AgInt no AREsp n. 1.425.676/MS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 24/5/2019).

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp 1649729/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 19/11/2019, grifei.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

[...]

5. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.

[...]

7. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1453831/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019, grifei.)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial** interposto por ALMIR VIEIRA DOS SANTOS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente